

**Ata Nº 1308 da Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 8ª Região, gestão “Reconstruir e Fortalecer: É Tempo de Democracia, Ação e Esperança”.**

No dia dez de julho de dois mil e vinte três às 19:11 horas, foi realizada reunião do Conselho Pleno do CRESS/DF na sede do Conselho. Estiveram presentes as/os Conselheiras/os: Gislaine Andrea Almeida Medeiros; Ana Luíza Ribeiro Câmara; Lorena Kelly Ramos Leite; Ágata Parente Ferreira; Sabino Manda; Jean Vítor Cândido; Pâmela dos Santos Coelho; Kenia Cristina Lopes Abrão; Silvia Rodrigues Fernandes; Valnéia Martins da Silva; Deise Liane Rodrigues Santiago, Sofia Ferreira Rodrigues e Bruna Souto Martins Araujo. Representado a assessoria jurídica, estavam Gabriela e Rafael. Érica Alves da Silva justificou, via e-mail, a ausência devido a questões de saúde. A reunião teve a seguinte pauta convocada: a – da resolução CRESS Nº 21/2022 e assuntos correlatos ao auxílio representação; b – da formação de Comissão de Combate à Inadimplência. Valnéia solicitou a inclusão, via e-mail da seguinte pauta: manifestação em relação à análise das contas de junho e segundo triênio, todos de 2023. Ana Luíza pediu para iniciar a reunião com uma questão de ordem e um informe. Disse que tem dificuldade de falar no decorrer da reunião por estar concentrada escrevendo a ata. Colocou que é importante lembrar que o CRESS é uma autarquia pública, sujeita também a princípios administrativos, que devem se atentar a forma de falar, evitar exaltações e fofocas no decorrer das reuniões, pois todas são registradas em atas que são públicas, também pediu para se atentar ao levar as questões do conselho, procurando definir fluxos e evitando decisões monocráticas ou baseadas em jeitinho. Disse que deveria ser incluído na pauta a discussão do Encontro Nacional na Assembleia, pois o Ofício nº 106/2023 do CFESS diz que devemos definir a delegação até 23/08/2023 e que várias informações devem ser enviadas ao CFESS até o dia seguinte. Ana Luíza leu as informações principais do ofício. Definiu-se que será levada a temática para definição de delegação da base e será feito pleno extraordinário para definição da representação da gestão. Valneia tirou dúvida sobre quais atas serão enviadas ao CFESS, Ana Luíza e Gislaine dizem que a ata da assembleia representa a base e a do pleno a gestão. Valneia disse que conversou com sr. Eustáquio e que ele não conseguirá toda a documentação da prestação de contas, na assembleia não terá a prestação de contas do triênio. Sabino disse que serão apresentadas

outras questões, como previsão orçamentária. Gislaine acrescentou que a prestação de contas será feita no pleno extra. Silvia disse que a COFI está se organizando para a apresentação. Ágata pediu para ver quais serão as pautas da assembleia. Silvia questionou se deverá mandar a apresentação antes. Jean e Sofia disseram que seria importante devido à internet do local. Silvia disse que a apresentação não revelará dados dos casos, apenas estatísticas. Ágata questionou da metodologia da assembleia. Jean apresentou a proposta e questionou a ordem das pautas. Gislaine disse que podem escolher. Ágata sugeriu colocar uma pausa para o lanche. Jean questionou das pautas. Gislaine falou que são: encontro descentralizado, eleição da base para o encontro Nacional, apresentação da COFI, prestação de contas. Jean questionou sobre mesa de recepção, Gislaine confirmou e disse que Grace que irá fazer. Jean questionou se há informes. Silvia sugeriu que se apresente a participação do CRESS nos conselhos e espaços de representação. Lorena informou que estamos no CDCA e no CAS. Jean informou que representa o CRESS na construção do PDOT. Lorena explicou que o CRESS está como terceiro suplente no CAS e que o CREFITO é o primeiro suplente, considerando a atuação das Terapeutas Ocupacionais, o CRP ficou com a segunda suplência. Silvia sugeriu que o conselheiro que representa faça o informe do último semestre. Sofia perguntou se Grace tem isso organizado, Gislaine confirmou. Jean questionou se serão apresentados os GTS. Gislaine disse que sim e que é importante para mobilizar categoria. Jean apresentou a pauta: apresentação da gestão que será feita por Gislaine, prestação de contas, eleição para o descentralizado e a nacional, apresentação da COFI. Silvia sugeriu que se comece pelos informes, mas se começar atrasado, fazem os informes ao final. Ágata disse que os delegados serão definidos com base no número de inscritos. Jean questionou sobre lanches. Gislaine disse que Grace cuidará disso e que não há auxílio representação no dia porque é obrigação de assistente social estar na assembleia. Sofia falou para avaliar a possibilidade de contratar monitor para criança, que o custo é de 20 reais por hora para cuidar de 7 crianças. Gislaine falou da definição CFESS do espaço criança, que estão cuidando da temática. Sofia disse que fez a pesquisa pois já foi monitora infantil. Jean pediu para que as apresentações sejam enviadas a ele. Silvia pediu que as atas sejam aprovadas no início da reunião. Gislaine informou que Ana Luíza e Lorena fazem as atas, na ausência alguém da gestão faz. Bruna questionou se a ata não fica pronta no dia, Ana Luíza e Lorena informaram

que é preciso fazer as correções e que depois é enviada. Gislaine apresentou a pauta do auxílio representação, disse que Eduardo enviou um e-mail, e que houve uma alteração pelo CFESS poucos meses depois o CRESS fez a resolução, que a questão trouxe um desgaste grande, há dúvidas e receios sobre a resolução por isso convocou-se o corpo jurídico. Disse que criaram por conta da gestão anterior um quantitativo de idas ao CRESS porque viam que dava como se fosse uma questão salarial, que o CFESS não aceitava a JETOM e que criaram as modalidades conforme o CFESS aceitava. Falou que recebemos de Silvia o documento do TCU, mas que nem ela, nem outros leram o documento, mas que entenderam que o CRESS não tinha errado, que houveram muitas dúvidas e que queria que o jurídico as tirasse. Rafael pediu que lhe enviasse a resolução. Disse que irá criar um contexto para se nivelar sobre a criação da resolução, disse que em 2019 assumiram a assessoria e que encontraram uma falta sobre a legislação, que Roberta fez um estudo para saber se o valor estava de acordo com o TCU. Disse que o CRESS é uma autarquia federal, que publica no Diário Oficial da união, sujeita ao TCU. Que as atividades dos conselheiros são pro-bono, que infelizmente a verba foi desvirtuada em vários conselhos e o TCU identificou que era pago sem contrapartida efetiva e até com natureza salarial. Que não precisa se apegar ao rótulo, ao nome, o fato é que não pode se enquadrar como prerrogativa salarial. Que o TCU fiscaliza porque a anuidade é tributo, que o CRESS recebe um recurso público ainda que com destinação específica. Que pode haver uma contrapartida, mas não pode ser algo pago sem justificativa, que não pode ser corriqueiro como um salário fechado todo mês. Que identificaram algumas lacunas na prática do pagamento, que em algum momento poderia dar brecha para desvio da função do pagamento, o que não foi identificado, que poderia haver algum questionamento pois havia despesas custeadas sem uma resolução. Que havia uma subjetividade em relação a isso: pode haver mais de uma por dia, se havia limites de solicitação. Que tendo critérios objetivos haveria legalidade na solicitação. Que buscou no âmbito do CFESS resolução que desse parâmetros para todo o conjunto, que a resolução era específica para os conselheiros do CFESS. Com isso disse que viram uma autonomia para o CRESS regulamentar sobre o auxílio. Que a escolha do nome foi para se distanciar da noção de salário. Que houve discussão sobre se o CRESS adiantar ou reembolsar, que trouxe que as conselheiras tem diferentes empregos e renda, que designada para o ato, eventualmente,

a conselheira não poderia custear, que poderia haver uma injustiça. Que fizeram de forma que o valor pudesse ser antecipado, que o valor foi definido pelo Conselho de tal maneira por meio de um controle, se não se enganou, da presidente, que mediante uma justificativa seria autorizado e que depois haveria prestação de contas, no sentido de confirmar a representação na atividade. Que esse foi o momento, o contexto que levou a resolução, que achava que estava correndo tudo bem. Que há espaço para construção da norma. Gislaíne disse que o foi colocado na resolução que o conselheiro poderia vir ao CRESS até 8 vezes, extrapolando só com autorização da diretoria, que houve extrapolação do número por duas conselheiras da tesouraria, que em alguns dias uma das conselheiras fez outras atividades, que fez faxina. Que frente a isso o funcionário enviou e-mail dizendo que não realizaria o pagamento pois as conselheiras estavam fazendo atividades administrativas, que isso assustou a nova gestão, que a gestão tem atividades administrativas. Que Silvia pesquisou o acórdão do TCU e que não foi feita a leitura completa. Agata colocou que Tiago tinha uma dúvida sobre ao auxílio representação ser usado para vir ao conselho, que tem que vir uma vez ao mês para pagar contas, que tendo outra reunião faz no mesmo dia, mas que teve dúvida se podia usar para vir ou não. Rafael disse que a resolução está de acordo com o acórdão do TCU, que o ponto da resolução é evitar oba-oba no sentido de vir ao conselho sem convocação, que não há com o que se preocupar. Que se dedicou ao processo de inscrição, que via que havia invasão das competências das Conselheiras por parte dos funcionários, que a resolução diz que administrativo recebe a documentação e acolhe o profissional, sem homologar nada, que as conselheiras da comissão que deferem ou indeferem a inscrição, que isso é só um dos aspectos. Colocou que falta percepção sobre o que é o papel dos Conselheiros, que não faz sentido vir fazer uma faxina, mas que durante uma reunião poderia se dar uma organizada na sala sem problema, que a questão é provar que solicitação estaria só para fazer uma faxina. Silvia pediu para tirar uma dúvida: qual histórico da jetom, porque não foi adotada. Que entende que o papel é político, mas que as funções administrativas são como fazer pareceres, depachos. Que críticas devem ser acolhidas, que entende que há mistura entre o que a gestão faz e os funcionários podem. Que ela e Jean estão num GT sobre processos de trabalho, que o projeto será fechado e aprovado em pleno, que haverá opinião externa, que terá reunião com os funcionários. Que a crítica é

ao processo de trabalho, não ao auxílio representação, que Eduardo sentiu que a conselheira estava fazendo funções que não eram atribuições, que as coisas devem ser discutidas. Rafael disse que fica feliz em ouvir isso, que se puder gostaria de contribuir com o projeto, que talvez seja uma forma de realizar o plano de cargos, que estabeleceu atribuições e competências, que foi possível fazer uma linha entre o que é de conselheiras e de empregados, que isso possibilitaria continuidade no caso de novas gestões. Falou que em relação a nomenclatura, Jetom, que o importante é a finalidade, que o órgão de controle não bate em cima do nome, mas sim da natureza e finalidade. Que buscaram colocar um nome que se distancia do que se procura evitar, que perceberam que havia disfunção na percepção de atribuições. Que quando colocam o pano de fundo, de falta de empregados, de processos éticos parados, que havia conselheiros montando processos que são ações administrativas, que o papel é de despacho. Que se depararam com duas situações, que os funcionários não queriam fazer ou quando queriam acabavam sobrecarregados. Que a primeira questão foi fazer um concurso com definição de atribuições de cargo. Colocou-se à disposição, disse que o diálogo é importante e falou do acordo coletivo, que muitas vezes a gestão se antecipa em ações que deveriam ser sindicais, que infelizmente o sindicato que representa o CRESS é moroso, que as vezes a gestão se antecipa e que os funcionários cobram a gestão, o que é um indicativo de confusão entre as atribuições. Falou que não seria legítimo se o CRESS se antecipasse na renovação do acordo coletivo, que a partir da pauta de reivindicações instalasse mesa de negociação, que há um cenário de incertezas, que não recomenda suspensão de clausuras do acordo vencido. Que a pauta veio há menos de um mês, que é uma pauta genérica. Gislaine disse que foi enviada porque foi cobrada pelos conselheiros. Rafael disse que não quer se alongar, mas destacou a importância do papel do sindicato. Kenia disse que a fala de Silvia já contemplou em algumas questões, que tem muitas novidades, que trabalha há 22 anos que sempre esteve militando, que esteve no CRESSGO e CRESSSC, que não havia esse auxílio por isso ficou na dúvida e que chegando aqui agora e quer saber, que a publicação do CRESS sai no Diário Oficial e lá não era assim. Que o CRESSGO tem muita inadimplência, que lá era aprovado em pleno quando tinha necessidade de diária, que havia hospedagem solidária. Que num pleno com 18 pessoas seria 2700 reais, que seria cerca de 8 mil por mês, que entra a questão se o CRESS não tem dinheiro, que há outras atividades,

que está na comissão de formação, como chamaria gente de fora para cursos. Que vê diferença entre o trabalho administrativo do funcionário e da gestão, que não concorda que a gestão faça trabalho de funcionário. Que sua dúvida é por não ter conhecido esse auxílio em outros locais. Rafael disse que cada conselho tem autonomia, que é uma decisão de gestão, que deu os parâmetros jurídicos, que se entenderem que não é válido podem suspender. Que não conhece o contexto dos outros CRESS. Kenia disse que sua dúvida é por desconhecer. Rafael falou que sendo um estado, se não teriam atividades deixando de ser feitas. Kenia e Silvia falam que usam diárias. Rafael destacou que é uma decisão de gestão, que há um espaço de discricionariedade para que a gestão entenda o que é necessário para desempenho do seu papel, que outros conselhos podem entender de forma diferente. Que a resolução por si só se preocupou de possibilitar meios legais para o pagamento, se o pagamento decorre das opções da resolução, está adequado, está de acordo com o entendimento do Tribunal. Que a resolução da conta de casos que não haja aprovação ou que não se compareça ao evento. Que se a gestão entender que não é válida, que se deve investir em outras questões, pode se suspender. Que atendidos os critérios, está ok. Valneia disse que no CRESSGO há reembolso, que não sabe se foi na gestão anterior, que apresentam nota fiscal. Gislaire disse que a nomenclatura muda, mas que a função é a mesma. Rafael retomou que a condição das conselheiras não era a mesma, que não havia recursos para pagar passagem, que se é indispensável a presença, que o CRESS pagaria antes, que foi um ato de gestão antecipar, que depois há uma pequena prestação de contas. Valneia disse que na época foi feito um trabalho com jurídico e financeiro, para ver onde poderiam ir com os valores, que infelizmente houve extrapolação, que não se seguiram os ritos, que foi a preocupação de Eduardo. Rafael disse é positivo que o empregado se preocupe, que deveria analisar a possibilidade de valorizar a conduta e pontuar o que poderia mudar. Valneia disse que há a proposta orçamentária, que o assessor disse até qual valor se pode usar. Que na época não tinha funcionário, apenas Marcia que tem muitos atestados, que a gestão anterior só restou 4 pessoas, que a gestão que assumiu teve que trabalhar em atividades de funcionários, que com concurso ampliariam para 4 funcionários. Rafael disse que a gestão 2017/2020 foi a licitação para contratação da assessoria pois a conselho poderia parar. Valneia disse que a compra da nova sede foi uma conquista, que a forma como foi dito anteriormente tirou a



lisura da gestão anterior. Kenia questionou se foi aqui. Valneia informou que foi a forma como foi dito na reunião anterior, que Silvia falou de colegas da gestão anterior, que está certo ouvir críticas, mas que esses colegas não estavam no dia a dia do conselho, que a gestão anterior teve conquistas importantes, que foi um trabalho árduo. Rafael disse que para ser oba-oba era só não ter a resolução, dizendo que sempre foi assim, que poderia não ter um desvio, que a falta de uma resolução. Ágata disse que sentiu um processo de desconfiança, que como tesoureira está mais a frente, que tentou fazer proposta, mas que foi dito que era assim, que não tem problema questionar, mas que a forma foi ruim. Que as pessoas não estão acompanhando as atividades da gestão, que se dilua a diretoria e subam os suplentes, pede respeito, que está desempregada, é mãe solo, moradora da Ceilânida e vem de movimento social, que dependendo da forma que for, prefere sair. Sugeriu que a assessoria faça um trabalho sobre as resoluções do CRESS e do CFESS, pediu desculpa pelo desabafo. Gislaíne disse que concorda com Kenia que as questões administrativas não são das conselheiras, mas que quando entraram não poderiam fazer isso ou o barco afundava, que não teve como ela a opção de dizer não, que não havia funcionários, que teve que vir todos os dias sem qualquer remuneração que teve que aprender como funcionava tudo. Que hoje pode dizer que não é função, mas que ela, Shirlei e Tati tinham que vir e assumir várias funções, que hoje a máquina está montada, que havia muitas reclamações. Que conseguiu se desvencilhar muito fácil, que tem colegas que não, que daí vem a ira dos funcionários, pois não entendem o contexto que tem orgulho do que fez. Que chegaram no meio da pandemia, que estava na implantação da implanta, que tinha dias que choravam, que estavam sozinhas, que Grace estava aprendendo. Que concorda com Kenia, mas não teve o privilégio. Falou para Silvia que já tentaram cuidar disso, que não deu certo, que espera que dê certo, pede cuidado para que não usem isso contra nós. Silvia disse que não somos clube de amigos, que somos uma gestão, tem mandato, tem transparência, que não tem problema em discutir problemas. Lorena disse que foi a forma que falou, que foi como fofoca. Silvia disse que não tem problema em dizer que ouviu algo da gestão anterior, que não fez fofoca, que não é advogada de ninguém, que disse em todas as reuniões falou a mesma coisa, que irá esmiuçar o processo de trabalho, que sabe filtrar as falas, que tem direito a sua opinião política, que existe um problema, que já falou em reuniões anteriores. Disse que quando falou disse que as pessoas

estavam colocando as coisas debaixo do tapete, que tem direito a opinião, que se as pessoas estão desempregadas não tem que resolver isso no CRESS, que quer que isso conste em ata. Que falam como se fosse direito receber auxílio, que não é, que isso não deve estar em pauta, que deve se dizer o problema da mistura das atribuições. Kenia disse que acolhe a fala de Gislaine, que não quis desrespeitar a gestão, mas que pode discordar, que isso é democracia, que não pode faltar respeito, que não sente desrespeito. Que fica assustada e surpresa quando falam de desconfiança, que é delicado falar da questão Karina, que pensa que ela deveria ter se afastado pois família vem em primeiro lugar, que esses questionamentos não tiram a lisura da gestão, que somos adultos e profissionais e que precisamos dialogar. Que respeita e acolhe o que Gislaine disse, mas que discorda em alguns pontos, que estamos aqui para defender uma categoria, um colegiado, que cada um sabe de suas questões pessoais. Que ficou surpresa quando ouviu que tinha desconfiança, que se fosse isso teria feito uma denúncia. Rafael falou que o contexto histórico ajuda a entender aspectos de situações em que conselheiras estejam fazendo atividades que seriam de empregadas, que chegou no Conselho em 2019, que há 15 anos trabalha com conselhos, que ficou surpresa com o fato do Conselho ter conseguido fazer uma licitação para contratar a assessoria jurídica. Falou que depois viram as dificuldades de falta de mão de obra, que se recorda de conversar sobre os processos éticos que estavam todos parados, que havia processos sem autuar, que nunca tinha visto o desaforamento, que havia coisas que não era incumbência da assessoria jurídica para conseguir dar algumas respostas. Que havia uma carência operacional, que montaram roteiros para dar andamentos aos processos, acredita que há um envolvimento inadequado, não no sentido de ilegalidade, mas que não é adequado, no sentido de que não é a finalidade de um conselheiro. Que a contratação da assessoria jurídica permitiu organização, fazer concurso públicos, criar planos de cargos, que permitiu uma estruturação para o conselho, que ainda há uma contaminação de conselheiras assumindo papel de funcionários. Lorena disse que falaria rapidamente que deve ser feitas algumas considerações que é importante ter quem aponte o que precise mudar, que deve continuar e que deve ir com cuidado na forma de falar, que somos conselheiros e que vamos discordar ao longo da gestão, que é natural. Disse que tem de ter cuidado com a forma de falar, que não foi da gestão anterior, que a forma como foi a forma colocada por Silvia assim conheço pessoas da gestão passada que



me contaram, que é importante discordar, com cuidado na hora de colocar. Que concorda de toda forma com a natureza das nossas atribuições, que nunca participou de gestão, que está aprendendo agora, que é importante continuar com essa pauta, mas é o como colocar, que ninguém entrou para receber nada, que o objetivo é fazer o Conselho andar. Pamela e Ágata abrem mão da fala. Sofia reforçou que a assessoria de um curso sobre as resoluções, que a gente consiga debater as pautas com tranquilidade, se vai reduzir ou minorar o auxílio, mas com atenção ao que Lorena falou. Lorena falou que a gestão passada passou, que é grata, que se for necessário mudar. Gislaíne agradeceu ao Rafael, deu as boas-vindas a Gabriela. Valneia questionou se Gabriela quer falar algo. Gabriela disse que está ouvindo Gislaíne agradeceu pelas respostas, apresentou as caras novas, que temos muito a contribuir, que vamos concordar e discordar, que consigamos levar os 3 anos com naturalidade, agradeceu a presença de todas. Rafael disse que tem macrotemas, que poderiam mapear o material de interesse para capacitação. Rafael pediu celeridade na contratação da Tati. Gabriela disse que mandaram a portaria e Jessica está fazendo o contrato. Sofia questionou se a perspectiva é ficar sem assessoria de comunicação. Ágata disse que sim, até ter comissão de licitação. Não foi contemplada a última pauta, devido exaustão da temática do auxílio representação. Sem mais a reunião, encerrou-se às 21:02 e eu Ana Luíza Ribeiro Câmara. Conselheira primeira secretária lavrei a presente ata.